



A ESCRITA EDIFICANTE NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: possibilidades de usos de documentos escritos no Ensino de História

BRUNO RAFAEL MACHADO NASCIMENTO*

1 Considerações iniciais

O objetivo desta comunicação é apresentar resultados parciais da pesquisa no Mestrado Profissional em Ensino de História núcleo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Ela versa sobre a presença jesuítica na região do rio Oiapoque fronteira entre Portugal e *Guyane* (França) durante o século XVIII e a partir das suas narrativas oferecer sugestões metodológicas para usos das suas missivas no Ensino de História. As narrativas jesuíticas contidas nas cartas revelam um mundo complexo e também o protagonismo de populações indígenas vistas, durante muito tempo, apenas como vítimas da colonização europeia. Além disso, há que se explorar as diferentes experiências jesuíticas ocorridas em distintos pontos geográficos do continente, uma vez que já existe abundante e difundida produção historiográfica em língua portuguesa sobre as missões (ou reduções) localizadas ao Sul da América do Sul.

Os professores de História têm percebido que apenas a ênfase nos conteúdos e a necessidade de decorar um amontado de datas, nomes e fatos podem tornar o ensino distante da realidade dos estudantes. Como afirma Paulo Freire (1985), isso é a educação “bancária” em que o educando é um mero depósito e o professor deposita os conhecimentos que devem ser assimilados passivamente e, preferencialmente, sem a mínima contestação ou problematização. É uma forma de educar dissertadora de conteúdos em que os professores tendem a narrar algo quase morto (FREIRE, 1985). Emergem atualmente propostas que tentam romper com a lógica de que o professor é o transmissor do conhecimento e o aluno aquele que somente assimila. Pensa-se no estudante como ser que possui saberes acumulados ao longo da sua existência e que, por isso, deve ser sujeito ativo na construção do conhecimento histórico escolar. Dessa forma, busca-se alinhado com as sugestões contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) propor os usos das cartas jesuíticas para serem utilizadas no componente curricular História no Ensino Médio.

* Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Mestrando no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), Bolsista CAPES.

Os jesuítas escreviam frequentemente para informar sobre as missões, pedir ajuda e orientações aos superiores. Sobre essa questão John O'Malley (2004, p. 103) assim afirma, “os reitores escreviam ao provincial, e os provinciais escreveriam ao Geral até uma vez por semana; o Geral responderia aos provinciais pelo menos uma vez ao mês, e os provinciais responderiam com a mesma frequência aos reitores locais”. Na região do rio Oiapoque, atual fronteira entre Amapá (Brasil) e *Guyane* ou Guiana francesa (França) os membros da Companhia de Jesus estabeleceram, no século XVIII, algumas missões com objetivos de catequizar os ameríndios e, conseqüentemente escreveram cartas dando conta do trabalho missionário. Estas cartas revelam as complexas relações entre missionários e indígenas Vale ressaltar que esse território fora disputado entre as duas coroas por mais de 200 anos. O contestado franco-brasileiro terminou somente em 1900 quando, através do Laudo Suíço, foi definido o rio Oiapoque como fronteira no extremo norte do país.

A presença jesuítica no Oiapoque é apresentada na primeira parte do artigo, logo em seguida faz-se uma breve reflexão sobre os usos dos documentos históricos escritos nas aulas de História a partir de Circe Bittencourt (2009) e Kátia Abud, André Silva e Ronaldo Alves (2010). Por fim apresenta-se uma sugestão metodológica de uso de um trecho de uma determinada carta. Essa proposta é fruto da experiência do autor com documentos produzidos nas missões do Oiapoque que são consideradas “periféricas”, portanto, pouco estudadas, no Brasil. Essas missões foram administradas por jesuítas franceses vindos de Caiena. Cita-se por exemplo, a missão de Saint-Paul fundada pelo padre D'Ayma (1733), a de Ouanari (1737 ou 1738), a de Notre-Dame de Sainte Foi (1740) e possivelmente a missão do Uaçá (no atual Estado do Amapá) (TASSÍNARI, 2003).

Os inacianos envolvidos nessas missões deixaram algumas cartas expondo o cotidiano das referidas reduções. Essas correspondências que são as principais fontes foram publicadas em 1839 pelo francês Louis Aimé- Martin (1839) com o título de *Lettres édifiantes et curieuses, concernant l'Asie, l'Afrique et l'Amerique, Avec quelques nouvelles des Missions et des notes géographiques et historiques*. São poucas as referências que tratam dessas missões. Tem-se em relação às cartas a obra da antropóloga Antonella Tassinari (2003), *No bom da festa*, que num capítulo faz uma análise sobre as missões francesas no Oiapoque a partir das cartas dos padres jesuítas que estiveram por lá, sobretudo, do padre Fauque que escreveu grande parte delas. Tem-se também o trabalho de conclusão de curso da Karolliny

Melo Ferreira Diniz (2016), *Le Spectaclé Édifiant* em que a autora prioriza as análises das representações sobre os indígenas contidas nas cartas.

2 A presença jesuítica no Oiapoque durante o século XVIII

As missões jesuíticas ficavam na fronteira entre territórios da França e Portugal, espaço que foi se estabelecendo ao longo de mais de dois séculos de conflitos e tratados entre as duas nações. Os religiosos chegaram à atual Guiana francesa em 1651, portanto tardiamente se comparado com outras missões nas Américas. Instalaram-se com relativo sucesso devido às experiências dos seus companheiros em outros locais onde já estavam fixados há mais tempo, como no Canadá. Os primeiros missionários vieram com carta patente concedida pelo rei francês Luís XIV para catequizar indígenas e logo iniciaram o trabalho com os Galibi, que formavam o grupo majoritário na região costeira. Os dois primeiros missionários foram Denis Mesland e Pierre Pelleprat (ARTIGALAS, 2013).

Tal como em outras regiões das Américas a religião cristã esteve lado a lado com a colonização francesa na *Guyane*. Os objetivos dos jesuítas eram, basicamente, converter os indígenas ao catolicismo e torná-los vassalos do rei e úteis à colonização (FOUCK, 2002). O território guianense durante o século XVII foi dominado ora pelos holandeses ora pelos ingleses. Devido aos conflitos neste período a ação dos padres direcionou-se a um efetivo reconhecimento dos futuros territórios das missões. Ressalta-se que, inicialmente, as reduções eram caracterizadas como “volantes”, isto é, os religiosos iam de aldeia em aldeia e ficavam algum tempo para tentar evangelizar os indígenas. Tal estratégia não surtiu o efeito desejado pelos missionários, que em cartas queixavam-se de se sentirem isolados, desprotegidos e sem orientação. Os missionários tentavam de todas as formas inculcar a fé cristã nos indígenas, mas rapidamente a doutrina era esquecida/ abandonada. Com o tempo, percebeu-se que o sistema itinerante não era viável e tampouco rentável aos missionários.

Percebe-se que os indígenas criaram diferentes estratégias de adaptação e resistência à ação dos “soldados de Cristo”. O contato com eles sem dúvida desagregou a organização econômica e cultural ameríndia, mas também os padres foram “convertidos” por eles, visto que, aprenderam a viver na floresta, ou seja, adotaram práticas indígenas. Ademais, dependiam deles para construção das igrejas, os guias eram indígenas, adotaram o costume de dormir em redes e usar as pequenas embarcações criadas pelos ameríndios. A principal queixa

dos padres era a “inconstância” dos índios em perseverar nas práticas cristãs. Diante destas circunstâncias qual foi a estratégia adotada? A saída foi adotar o método de reduções ou aldeias adotado no Paraguai e no Brasil pelos portugueses. Pelo princípio das reduções o projeto era agrupar os indígenas em torno da autoridade dos padres em um único lugar. Comumente o projeto de estabelecer “aldeamentos” é atribuído ao padre Ramette, no início do século XVIII, uma vez que os jesuítas estavam decididos que a “vinha estéril” só daria frutos por meio das reduções (ARTIGALAS, 2013). As estratégias de atração dos indígenas consistiam em oferecer benefícios, como por exemplo, objetos manufaturados (ferro, machados, facas) e proteção contra os ataques de etnias inimigas. Os objetivos seriam atrair indígenas e garantir perseverança na fé e nas práticas cristãs. Para conseguir recursos para o estabelecimento das missões na colônia francesa fez-se necessário requerer aos administradores, notadamente ao governador, recursos e terras. Pelo menos na primeira fase de evangelização os jesuítas contaram com o apoio financeiro da realeza. Além disso, o rei emitiu autorizações para os padres se estabelecerem livremente em qualquer lugar. Contudo, as reclamações pela falta de pagamentos foram constantes no período (ARTIGALAS, 2013).

Maria Celestino de Almeida (2010) chamou atenção de que nos aldeamentos na América portuguesa não somente ocorreram controle e exploração da mão de obra indígena, mas também esses lugares foram espaços indígenas em que eles tiveram papel ativo na reelaboração das suas identidades. Em algumas situações os próprios índios pediam para serem aldeados, pois visavam proteção e terra. Na Guiana francesa e, por conseguinte, no Oiapoque essa realidade foi muito mais intensa. Os índios eram livres e por isso o esforço dos jesuítas para convencê-los a viver nas aldeias foi muito mais intenso. Os inácianos tiveram que relativizar a sua doutrina e percepções. Em uma palavra fizeram concessões.

Segundo Florence Artigalas (2013) a primeira redução na Guiana foi fundada em 1713-1714 pelo padre Lombard e recebeu o nome de Kourou. Inicialmente, o religioso teve dificuldades em convencer os indígenas a se reunirem no local. Destaca-se que desde a limpeza da nova área até as construções nas reduções, tudo foi realizado pelos indígenas. Devido à pouca presença francesa neste espaço não ocorreu um grande desenvolvimento comercial o que significa que não houve uma dependência econômica tão estreita por parte dos indígenas. Dessa forma, a cultura Galibi esteve menos envolvida com os objetos de metal dos europeus e os missionários puderam “seduzi-los” com objetos de baixo valor. Além disso,

os conflitos entre as etnias não eram de grandes proporções. Mesmo as guerras entre Palikur do Oiapoque e Galibi da ilha de Caiena não eram intensos.

O principal grupo reduzido na missão foram os Galibi que habitavam o litoral guianense. Diante dessa realidade, as estratégias adotadas por Lombard para atrair os Galibi para Kourou limitavam-se a criar certas relações, aprender a língua e oferecer presentes. Contudo, os encontros com os indígenas nem sempre eram amistosos (ARTIGALAS, 2013). Em carta dirigida ao seu irmão que fazia parte da alta hierarquia da ordem, o padre Lombard relata que para a referida missão não somente existiam indígenas da Guiana, mas grupos vindos do rio Amazonas, ou seja, de território português. Neste caso os Maraones e Aroas que fugiram das missões portuguesas e se colocaram sob a proteção dos padres franceses (MONTEZON, 1857). As causas eram o tratamento abusivo que os colonos lusos dispensavam aos indígenas, escravizando-os, mesmo os que eram protegidos por missionários. Assim, percebe-se o quanto os ameríndios foram capazes de fazer a leitura de que a realidade do “outro” lado era diferente. Isso prova que na fronteira as redes de relações de informações entre os grupos indígenas eram intensas. As relações familiares, comerciais e políticas estavam, portanto, além das fronteiras disputadas e impostas pelos agentes coloniais.

Ao longo do rio Oiapoque foram instaladas algumas missões pelos jesuítas franceses. Segundo a antropóloga Antonella M. I. Tassinari (2003) essas reduções foram caracterizadas pela baixa densidade demográfica, bem diferente das instituídas no Paraguai e na América portuguesa. As dificuldades encontradas foram a diversidade linguística dos indígenas, empecilhos na comunicação e a mortandade provocada pelas doenças. O padre Fauque foi o missionário preparado e instruído pelo padre Lombard e que a partir de 1725 estabeleceu contatos com os indígenas, estimulando-os a viver em missões. Este padre foi tão valorizado que Lombard, em missiva de 1733 enviada ao procurador das missões na América, exaltou o fervor e a doação do jesuíta Fauque pela conversão dos “selvagens” (AIMÉ-MARTIN, 1839). O próprio Fauque, em carta ao superior datada de 1730, narra a viagem em 1729 ao longo do rio para fazer uma espécie de reconhecimento do local e de suas gentes. Ele descreve o encontro com os Caranes que, segundo ele, era um povo “violento” com os franceses e também com outros indígenas. O padre foi bem acolhido e mais à frente encontrou com os Pirious que também o acolheu e o levou ao xamã que, o religioso percebeu, vivia com três mulheres (AIMÉ-MARTIN, 1839).

Elzéar Fauque em carta de 20 de abril de 1738 endereçada ao padre de la Neuville, superior das missões das Américas, relatou as estratégias dos missionários em tentar convencer os indígenas a viver nas reduções: buscavam ganhar a confiança deles e para isso as atitudes eram de afabilidade; ofereciam presentes e depois aprendiam a língua de determinado povo. Na mesma carta o padre descreveu as vicissitudes enfrentadas, como por exemplo, doenças, falta de recursos e ausência de remédios, além de chamar os indígenas de “inconstantes”, “tolos”, “dissimulados” etc. Os termos citados pelo religioso revelam a dificuldade que se tinha em estabelecer e fazer com que os indígenas permanecessem nas missões do Oiapoque. Na carta, Fauque defende, ainda, que o missionário deve se tornar também um “selvagem” para conquistar os “selvagens” (AIMÉ-MARTIN, 1839).

Antonella M. I. Tassinari (2003), citando Jean Huralt (1972), apresenta dados demográficos sobre duas missões. Em 1742 havia 400 pessoas relativamente dispersas em torno da missão de Saint-Paul. Em 1750 o governador D’Orvilles visitou-a e contabilizou 150 índios, sendo 49 homens, doentes e com dificuldade de plantar mandioca. Segundo carta do jesuíta Fauque, do ano de 1735 ao padre de la Neuville, essa missão iniciou com mais de 200 índios (AIMÉ-MARTIN, 1839). Em outra redução, Notre-Dame de Saint-Foi, o governador contabilizou 110 homens, 111 mulheres e 62 crianças. Em 1760, Kerkove, encontrou 22 homens. Piriou sob o controle de três capitães em Saint-Paul e 70 homens em Saint-foi. De acordo com Tassinari, antes mesmo da expulsão dos jesuítas da colônia francesa, em 1763, as missões já estavam praticamente desaparecidas por conta do abandono dos indígenas.

Em relação à missão do rio Ouanari, criada pelo padre D’Ausilac em 1738, e localizada na embocadura do rio Oiapoque reuniram-se cerca de 150 indígenas de língua Karib. O padre Fauque relata, em carta de 27 de dezembro de 1744, que os ingleses descobriram essa missão quando um grupo de Arouas que vinham do território português foram encontrados e capturados. Na ocasião os índios informaram aos ingleses sobre a missão e a presença do forte no Oiapoque (AIMÉ-MARTIN, 1839). A quarta missão seria a do Uaçá, porém, ao que se sabe até o momento, não passou de um projeto idealizado pelo padre Fauque e não concretizado dadas as dificuldades.

Sabe-se que as fontes sobre as missões do Oiapoque são pouco numerosas. As principais são as cartas “edificantes” que foram escritas relatando, sobretudo, os contatos com indígenas. Entretanto, é preciso ressaltar que as missivas escritas pelos missionários devem ser analisadas sempre com cautela e não como retrato fiel da realidade. Segundo Gérard

Collomb (2011) as cartas eram escritas sob a orientação da Companhia e a maior parte delas possuía função apologética e enfatizava um caráter edificante. Isso significa que os escritos tinham o intuito de exaltar, para além da realidade, os trabalhos dos missionários e, por conseguinte, da Companhia de Jesus.

Segundo Régis Verwimp (2011) a região era extremamente pobre e por isso não atraía colonos para a fronteira. O que teria motivado a vinda dos jesuítas, especialmente Fauque, foi a “descoberta” de novos grupos. Destaca-se, inclusive, o interesse dos indígenas portugueses em fugir da escravidão e se “reduzirem” do lado francês. Padre Fauque, em carta ao padre de la Neuville de junho de 1735, relata um encontro com um grupo indígena que fugia dos portugueses (AIMÉ-MARTIN, 1839). Além da pobreza, a falta de autoridade era marcante na região o que permitia aos colonos explorarem os indígenas sem serem incomodados. Na visão dos jesuítas, a única maneira de diminuir a violência contra os indígenas era a criação e a manutenção de missões.

Os indígenas eram agrupados, monitorados e protegidos para evitar serem roubados e explorados. As missões surgiram, assim, como um meio eficaz de proteção e com vantagens adicionais, isto é, os jesuítas ao reduzirem os indígenas teriam a possibilidade de “cristianizar e civilizar”; os colonos poderiam aproveitar o saber-fazer dos grupos contatados. O poder colonial também seria beneficiado, com a instalação de uma autoridade de origem europeia com relativo controle, por meio da ação jesuítica. No entanto, os colonos não ficaram satisfeitos, pois perderam mão de obra para os religiosos (VERWIMP, 2011). E os índios? Viam no contato com os religiosos a oportunidade de adquirir materiais da cultura europeia, como por exemplo, ferro e machado. Além disso, de certa forma ficavam “protegidos” pelos jesuítas. Muitos viam nos padres uma espécie de xamã que através das suas orações e rituais poderiam afastar os malefícios e trazer a cura para os enfermos (COLLOMB, 2011).

Segundo o relato do padre Fauque, contido em carta de dezembro de 1744, em que narra a tomada do forte do Oiapoque por um corsário inglês, o projeto era criar cinco missões na região (AIMÉ-MARTIN, 1839). Segundo Verwimp (2011), a primeira foi a do rio Ouanari situada próxima ao forte e reuniria os povos Tocoyennes, Marones e Maourious. A segunda, em torno do Curipi (região do atual estado do Amapá), reuniria Palikours, Mayets e Caranarioux. A área, inundável, forçava-os irem para a nascente do rio e eram povos pouco conhecidos dos colonos franceses. Segundo Fauque, em carta ao padre de la Neuville de 15 de janeiro de 1729, aqueles indígenas apresentavam a “vantagem” de não praticar a poligamia

(AIMÉ-MARTIN, 1839). A terceira missão seria na foz do rio Camopi, com as etnias Caranes, Acoquas e Pirious. A quarta estaria a cinco ou seis dias do forte e agruparia as etnias Pirious, Macapas, Ouayes e Taripis. A quinta e última, a sete dias do forte, na enseada Palanques, se comporia “*de Palanques, d’Ouens, de Taripis, de Pirious, de Coussanis et de Macouanis*” (VERWIMP, 2011, p. 279, grifos do autor).

A missão de Saint-Paul, fundada entre 1731 e 1733, mudou-se três ou quatro vezes de lugar, mas sempre próximo ao rio. Na carta de Fauque de 1738 é narrada a ida, juntamente com o padre Besson, em 1737, ao alto Oiapoque e ao Camopi para reencontrar as populações indígenas do interior para se estabelecer um aldeamento. O jesuíta descreve a exuberância e as dificuldades impostas pela natureza, sobretudo, em relação à navegação. Observa, porém, que seria um local propício para colonização e sugere a vinda de famílias pobres da Europa para trabalhar na região. Na viagem os jesuítas fizeram contatos amigáveis com os Ouens, oferecendo-lhes presentes que foram bem aceitos (AIMÉ-MARTIN, 1839).

Em carta de 1735 o padre Fauque afirmava que esperava a chegada do padre d’Auzillac para entrar em contato com o grupo Palikur e criar uma missão entre os indígenas que, segundo ele, era o mais numeroso da região (AIMÉ-MARTIN, 1839). Fauque enviou o padre d’Auzillac para evangelizar e constituir essa missão na foz do rio Oiapoque, recebendo o título de São José do Ouanari, fundada em 1737 no alto do rio Ouanari e a quatro léguas do forte, por terra. A partir de 1738 o padre d’Auzillac encontraria dificuldades para reunir os Tikuyus, Maraones e Maourious na missão. Por volta de 1740 não se encontram mais informações específicas, sabendo-se apenas que em 1742 o padre d’Auzillac continuava atuando nela.

Em 1740 a casa dos missionários foi construída na junção dos rios Oiapoque e Camopi. Dois anos mais tarde a aldeia era dirigida pelo padre D’Huberland e consagrada a “*Bienheureuse Marie du Bon Secours*”. Eram cerca de 400 índios que não foram batizados, pois haviam chegado ao local recentemente. Em 1743 um novo grupo Aramakoto foi agregado aos Ouayes, Coussaris e Kaïkushiana (VERWIMP, 2011). O jesuíta D’Huberland foi substituído pelo padre Besson no comando da missão na Guiana Francesa e sob a administração deste último a missão do Camopi foi consagrada à Nossa Senhora de Santa Fé. A missão, contudo, foi aos poucos perdendo indígenas, sobretudo por causa de doenças e da ação exploradora dos padres da Companhia de Jesus. Em 1744, com a pilhagem do forte e da

missão do Oiapoque pelo corsário inglês Siméon Potter, a missão do Ouanari foi devastada. Uma parte dos indígenas fugiu e outra foi escravizada pelos ingleses.

3 As possibilidades de usos de documentos históricos em sala de aula

Nas últimas décadas o ensino de História na Educação Básica brasileira vem passando por reflexões teórico-metodológicas fecundas. Mudanças chegam às salas de aula espalhadas pelo país e professores procuram melhorar o ensino e a aprendizagem do componente curricular. Sabe-se das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos professores para tornar o ensino mais significativo aos alunos, entretanto, cabe a eles a tarefa de possibilitar a formação e o desenvolvimento do pensamento autônomo por meio de diversas estratégias. Uma das possibilidades refere-se aos usos de documentos históricos escritos nas aulas.

Paulo Kanauss (2001, p.41) defende que a partir dos usos de documentos históricos escritos:

Não só a atividade discente e a sala de aula se tornam lugar de exercício de pesquisa, mas igualmente o professor se vê envolvido na tarefa de investigador, voltado para o exercício didático, rompendo a lógica normatizadora autoritária.

Para que isso ocorra o documento não pode ser utilizado apenas como prova comprobatória do discurso do professor. Cabe a este profissional a exigência de uma adequada preparação para o uso didático deste material, assim o mestre deve se comprometer com a prática docente, ou seja, acreditar na possibilidade da produção do saber histórico escolar. Selva Guimarães (2012) afirma que os documentos não podem ser usados tão somente como complemento ou como mera ilustração, mas ela indica o caminho da problematização para produção de saber, pois se rompe a lógica de que o conhecimento está pronto e acabado. Essa perspectiva dialógica é fundamental na constituição do processo de ensino e aprendizagem, do espírito crítico e a autonomia dos alunos. Dessa forma, a pesquisa e o debate são inseridos nas salas de aula.

Circe Bittencourt (2009) alerta para a escolha da fonte a ser trabalhada na escola. Os textos devem ser motivadores a tal ponto de produzir interesse e curiosidade. Assim, o professor deve escolher aqueles que forneçam informações claras e de acordo com os

conceitos trabalhados na sala de aula. Aqui também o educador pode anteriormente realizar uma explanação motivadora sobre a importância da análise do material para provocar os alunos. Ela sugere alguns caminhos para análise das fontes escritas na sala de aula. Primeiramente deve-se descrever o documento, ou seja, indicar as informações que ele contém. Depois, mobilizar os saberes e conhecimentos prévios dos educandos. A partir disso, pode-se identificar a natureza do documento e explorar as características que lhes são próprias, dessa forma, faz-se necessária a contextualização para a melhor compreensão possível e associar as informações contidas na fonte aos saberes anteriores. Só a partir destes procedimentos anteriores que se pode criticar o documento, ou seja, identificar seus limites e interesses.

Kátia Abud, André Silva e Ronaldo Alves (2010) sugerem alguns procedimentos didáticos para usos dos documentos: 1º- *Contextualização histórica*: análise ampla do contexto de produção do documento. As perguntas são essenciais. Por exemplo, quem escreveu? (autoria) Quando foi escrito? (datação), onde foi escrito? (localização) e a quem se destinava? (destinatário). 2º- *Objetivo*: pode-se discutir a intencionalidade ou finalidade da fonte. A qual grupo socioeconômico o autor ou autores pertencem? O documento é de natureza pessoal ou institucional? A quais pessoas ou grupos sociais o documento se refere? 3º- *Aspectos materiais*: trabalha-se com as hipóteses a respeito da forma de escrita. Foi feito manualmente ou com uso de alguma máquina? Suporte de escrita? (papel, papiro), medidas? (tamanho: largura x comprimento). 4º- *Descrição do documento*: neste ponto as informações são extraídas e elas poderão indicar a finalidade da fonte. Qual o assunto central? Quais frases resumem a intenção? Quais as necessidades ou possibilidades de solução de algum problema são apresentadas? Quais argumentos? Como a argumentação foi construída? . Essa é uma etapa de análise importante, pois se faz necessário “levar em consideração as especificidades do contexto histórico no qual o documento foi concebido” (ABUD; SILVA; ALVES, 2010, p. 18). Por exemplo, expressões desconhecidas, unidades de medida que podem estar relacionadas ao contexto regional e 5º- *Interpretação*: Neste momento as hipóteses podem ser levantadas, pois os alunos descobrirão que não é possível extrair todos os dados da fonte. O cruzamento de informações entre diferentes fontes de um mesmo período para chegar a uma interpretação mais consistente.

Portanto, não existe uma receita pronta de como utilizar as fontes escritas nas aulas. A forma dependerá dos objetivos didáticos dos professores, das experiências acumuladas, das

condições materiais, do nível intelectual dos alunos. O educador terá o papel fundamental de incentivar e explicar a prática didática, bem como, ser um mediador para ajudar os alunos a superarem as dificuldades, principalmente, com a leitura e interpretação.

4 Sugestão para usos das cartas jesuíticas

É importante esclarecer que é apenas sugestão para uso na sala de aula. Isso significa que o professor poderá modificar as estratégias de leitura e interpretação do trecho da carta. Ele poderá, por exemplo, suprimir partes de acordo com seus objetivos para as aulas. Poderá, inclusive, organizar uma atividade interdisciplinar com a disciplina de francês, visto que, os textos estão originalmente na língua francesa. Será apresentada uma sugestão para a possível utilização no ensino de História.

4.1 A Proposta

Texto de apoio

Trecho da carta do padre Elzéar Fauque escrita do forte do Oiapoque no dia 20 de setembro do ano de 1736 ao seu superior o jesuíta de la Neuville. A carta está no livro editado por Aimé-Martin (1839), *Lettres édifiantes et curieuses, concernant l'Asie, l'Afrique et l'Amerique, Avec quelques nouvelles des Missions et des notes géographiques et historiques*. As cartas dos missionários espalhadas pelo mundo começaram a ser publicadas para o público europeu na primeira metade do século XVIII, além de conter objetivos apologéticos, de fortalecimento interior dos jesuítas, manter informado a alta hierarquia da ordem buscava-se com essas publicações melhorar a imagem da Companhia de Jesus e atrair pessoas que financiassem as missões. Sobre isso pode-se ler o livro de autoria da Charlotte de Castelnau-L'estoile intitulado *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620*.

Padre Fauque foi o principal articulador e incentivador das missões na região do Oiapoque e nesta carta ele narra ao seu superior sua visita aos Palikur na região do Uaçá (território do atual Estado do Amapá) em 1735. Aqui há uma “descrição” de um encontro com o “chefe” Palikur o que revela as estratégias usadas pelos padres para convencer os indígenas

a se aldearem. Não se sabe se esta missão se efetivou, mas se existiu ela foi efêmera. Sobre a região do Uaçá a referência é Antonella Tassinari (2003).

Os europeus ao entrarem em contato com os índios buscavam trocar objetos como, por exemplo, facas, machados e alimentos. Relação esse que fazia sentido para os padrões culturais e sociais indígenas (COLLOMB, 2011). Havia entre os índios uma espécie de ligação de sangue, uma profunda união que aproximava um do outro. Segundo Gérard Collomb (2011) a palavra “banare” designava a relação de parceiros privilegiados em que efetuavam trocas econômicas e consequentemente estabeleciam relações sociais entre grupos diferentes. Essa parceria comercial e social ocorria inclusive em tempos de guerras. Em nota Gérard Collomb (2011) afirma que a palavra “banare” pode ser de origem europeia e foi usada no período colonial na Guiana Francesa para designar o parceiro preferido, contudo os índios e todas as regiões guianenses usavam a palavra carib *pawana* para referir-se a essas relações. A relação de *banare* foi importante nas relações sociais e econômicas entre as sociedades indígenas, mas também após a chegada dos europeus na relação entre os índios e colonos, bem como, os pequenos traficantes que andavam pelas aldeias (COLLOMB, 2011).

Os índios reconheciam nos *yopotos* os seus chefes. Esses indivíduos eram geralmente o fundador de uma aldeia, eram respeitados e estavam ligados com laços de parentesco diretos ou por meio de alianças com a maioria dos habitantes. Sua autoridade procedia da capacidade de oratória, de uma vida exemplar e de um comportamento generoso. Sua autoridade não era coercitiva, mas exercia influência decisiva (COLLOMB, 2011). Ao oferecer presentes aos índios eles associavam os inacianos a esses líderes que tratavam com respeito e confiança, mas sem obediência. Assim os religiosos tentavam oferecer os diversos objetos em troca da participação na missa, memorização do catecismo, enfim, pelo conhecimento do catolicismo. Também a administração colonial através de alianças tornava os líderes “capitães” e como forma de distinção concedia a eles um bastão com placa de prata.

Fauque nasceu em 26 de novembro de 1694 na diocese de Carpentras e entrou como noviço na casa dos jesuítas em 1714 na cidade de Avignon. Entrou na Companhia de Jesus tardiamente com 20 anos de idade e estudou o *trivium* e o *quadrivium* fora da Sociedade de Jesus. Após estudar dois anos de filosofia e um de Teologia acabou ingressando aos quadros da ordem onde estudou retórica e mais três anos de Teologia. Após treze anos de estudo na Companhia de Jesus foi nomeado professo em 1727 e foi enviado à Guiana francesa. Inicialmente ficou em Kourou onde foi ensinado por padre Lombard e a partir de 1729 foi

enviado para o Oiapoque com o intuito de fundar missões (VERWIMP, 2012). Veja o trecho do documento:

A paz do N. S.

Eu já vos contei em várias das minhas cartas a viagem que eu planejei de fazer até os Palikours; mas os embarços imprevistos e os frequentes ataques de febre bizarra e obstinada me fizeram adiar até setembro de 1735. Foi por isso que no dia 5 desse mês que eu embarquei em um pequeno couilara (é um tronco de árvore escavado na qual a extremidade é uma ponta). Eu desci o rio Oiapoque nessa espécie de canoa, que suporta umas cinco pessoas, e eu aproveitei a maré para entrar no rio de Couripi, ficamos até a maré começar a baixar. Nós ancoramos, e como as margens desse rio são intrafegáveis próximo da foz, eu tive que passar o resto da noite na canoa. [...] O senhor sabe bem, reverendo, que a conversão dos índios foi meu principal objetivo durante os tempos de sacrifício: me encontrando no meio desse povo infiel, eu deveria aplicar aos outros o fruto e o mérito da santa hospedagem que ofereci a Deus! Por isso fiz o padre dos de enviar mais cedo a esses povoados infelizes as ajudas as quais são privados há muitos séculos e que não estão em erro porque não têm ninguém para ensinar-lhes o caminho da salvação. [...] Eu fui lá com o meu banaré (é o nome que se dá, entre os índios, para aqueles com quem temos relações de amizade, que se mantêm através da troca mútua de pequenos presentes). Ele não me omitiu nada para me segurar o resto do dia; mas eu não pude lhe dar satisfação porque eu tinha o plano de ir até o capitão de toda a nação, senhor das Roses, cavaleiro de São Luís e comandante do rei nessa posição, havia dado, depois de cerca de dois anos, um título com o bastão de comandante. Esse bastão é junco ornamentado de uma placa de prata, com as armas da França, que se dá da parte do rei aos capitães dos selvagens. Youcara (é o nome desse capitão) é, acredito, o mais velho entre todos os Palikours. Como já o vi várias vezes no Oiapoque e já lhe prometi várias vezes de o visitar, ele me pareceu encantado por eu finalmente cumprir a palavra, e ele não esqueceu nada para compensar todas as dificuldades que eu tive nos dias anteriores. Ele parecia ansioso para dar essas ordens aos seus poitos, ou seja, os seus dependentes, sobretudo às mulheres, àquelas a que pertencem os serviços do lar.

Após os primeiros cumprimentos de ambas as partes, eu entrei na frente e me mantive sério e lhe disse que estávamos pensando de fato nos estabelecer entre eles para lhes dar a alegria de serem cristãos. Eu lhe expus

sucintamente os motivos, sejam naturais, sejam humanos, que seriam os melhores para criar a melhor impressão a ele. Eu não esqueci a proteção que eles tinham contra as opressões daqueles que iam a negócio, porque eu conhecia os motivos do descontentamento que ele tinha por isso e que tomou seu coração. Como ele não entendia muito bem a língua galibi, na qual eu lhe falava, ele disse que faria vir um intérprete para me explicar seus reais sentimentos. O intérprete chegou na manhã seguinte, e após repetir algumas coisas que eu havia dito, ele me respondeu que seu povoado estava encantado em receber os missionários, e que eles viriam mais cedo do que imaginavam (AIMÉ-MARTIN, 1839, p. 25, grifos do autor, tradução nossa).

- a) Procure palavras desconhecidas no texto e pesquise o seu significado.
- b) Qual a natureza do texto (relatório, lei, poema, carta, entrevista)?
- c) Qual a situação de momento apresentada pelo texto?
- d) Como o padre representa os índios?
- e) O que é a relação de “banaré”?
- f) O que o “chefe” dos índios recebia que lhe distinguiu do governo francês? Qual era o objetivo do governo com isso?
- g) A possível implantação dessa missão foi imposta ou negociada? Justifique.
- h) Quais as dificuldades enfrentadas pelo jesuíta?
- i) Quem é o autor? Por que escreveu? Seu relato é direto ou indireto?
- j) Faça uma pesquisa sobre a etnia Palikur enfatizando sua organização política, social e cultural na atualidade, assim como, as suas principais reivindicações.

5 Considerações finais

Não resta dúvida dos desafios enfrentados por professores de norte a sul do Brasil para tornar o ensino do componente curricular História mais próximo da realidade dos alunos. Usar documentos históricos exige preparação desses educadores, mas o resultado pode ser satisfatório. Sabe-se que essa metodologia não é a única solução para problemas enfrentados no espaço escolar, a saber: carência de recursos didáticos, bibliotecas sem mapas, falta de dicionários, livros desatualizados. Sem contar as péssimas estruturas físicas das instituições, bem como, a superlotação das salas de aula. Entretanto, os profissionais não se devem dar por vencidos. Ainda há esperança.

A utilização de fontes possibilita a compreensão por parte dos alunos de que o conhecimento histórico não está pronto e acabado. Que ele é construído a partir de

problematizações. Este encontro com registros originais ou cópias permite o contato com representações sobre o passado o que poderá favorecer a análise histórica. O objetivo não é torná-los pequenos historiadores e por isso o professor deve entender que a escola produz um saber próprio com sua especificidade e objetivo. Não é uma transferência de técnicas de pesquisas acadêmicas. Os alunos poderão adquirir o espírito investigativo e, inclusive, levantar hipóteses a partir das atividades sugeridas em sala.

A narrativa jesuítica aqui apresentada da região do Oiapoque pode favorecer a análise comparativa da presença jesuítica nas Américas. Percebe-se que em cada lugar houve estratégias semelhantes e diferentes na relação entre os inácianos e os índios. Estes últimos de forma alguma foram passivos diante da ação católica. Além disso, essa documentação intitulada de *cartas edificantes e curiosas* mesmo que não intencionalmente revela não só as ações dos padres, mas também o indígena. Este último está lá na documentação, falta ser percebido.

Referências

ABUD, Katia; SILVA, André; ALVES, Ronaldo. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learnin, 2010.

AIMÉ-MARTIN, Louis (Ed.). **Lettres édifiantes et curieuses, concernant l'Asie, l'Afrique et l'Amerique, Avec quelques nouvelles des Missions et des notes géographiques et historiques**. 2 volumes. Paris: A. Desrez, 1839.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARTIGALAS, Florence. **Les jésuites au Nouveau Monde: les débuts de l'évangélisation de la Nouvelle-France et de la France équinoxiale, XVII^e-XVIII^e siècle**. Matoury: Ibis Rouge Éditions, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620**. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: Edusc, 2006.

COLLOMB, Gérard. Missionnaires ou chamanes? Malentendus et traduction culturelle dans les missions jésuites en Guyane. In: BACOT, Jean-Pierre; ZONZON, Jacqueline (dir.). **Guyane: Histoire & Mémoire**. La Guyane au temps de l'esclavage, discours, pratiques et représentations. Matoury (Guyane): Ibis Rouge Editions, 2011. p. 435-455.

DINIZ, Karolliny Melo Ferreira. **Le Spectaclé Édifiant: a representação do índio setecentista na fronteira Amazônica Setentrional, 1728 a 1751**. 2016. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (História), Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

FOUCK, Serge Mam Lam. **Histoire générale de la Guyane française: des débuts de la colonisation à la fin du XX siècle**. Matoury, Guyane: Ibis Rouge Editions, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. 13. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2012.

KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia L. (org.). **Repensando o ensino de história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 26 – 46.

MONTEZON, Fortuné de. **Mission de Cayenne et de la Guyane française avec une carte Géographique**. Paris: Julien, Lanier, Cosnard et C^e, Éditeurs, 1857.

O'MALLEY, Jonh W. **Os primeiros jesuítas**. Tradução de Domingos Armando Donida. São Leopoldo, RS: UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004.

TASSÍNARI, Antonella M. I. **No Bom da festa: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá**. São Paulo: EDUSP, 2003.

VERWIMP, Régis. **Les jésuites en Guyane Française sous l'Ancien Régime (1498-1768)**. Matoury, Ibis Rouge Éditions, 2011.

_____. **Un célèbre inconnu: le père Fauque, fondateur des missions oyapockaises (Guyane française)- XVIII^e siècle**, 2012. Disponível em: <<http://cths.fr/ed/edition.php?id=5852>> . Acesso em: 10 de jan. 2017.